



## Relato de Experiência

### Universidades são o retrato educacional das nações, bibliotecas são o retrato das universidades relato de experiência da Biblioteca Central da Universidade Federal do Piauí (\*)

Maria das Graças Targino<sup>1</sup>  <https://orcid.org/0000-0002-7563-3473>

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil / e-mail: [gracatargino@hotmail.com](mailto:gracatargino@hotmail.com)

#### RESUMO

O relato de experiência consiste em texto que descreve as ações pioneiras do sistema de bibliotecas universitárias do Estado do Piauí (PI), a partir da instalação da primeira universidade pública federal, Universidade Federal do Piauí (UFPI), instituída em 21 de novembro de 1968, com a fusão das faculdades isoladas de Medicina, Odontologia, Filosofia, Direito e Administração e suas respectivas coleções bibliográficas, iniciando as atividades em janeiro de 1973, *Campus* Universitário Petrônio Portela, Teresina – PI. O relato centra-se na instalação e no desenvolvimento dos primeiros 11 anos de gestão da Biblioteca Central (BC) / UFPI, hoje, Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCCB), que comemora 25 anos de existência. A motivação por que justifica tal relato é preservar a memória da Instituição e de suas bibliotecas, além de motivar experiências similares. Isto porque, inevitavelmente, a história da BC/UFPI entrelaça-se com a trajetória da instituição à qual está ela atrelada e do próprio Estado, haja vista que conduz ao universo das bibliotecas e de suas instituições federais de ensino superior. De forma similar, mescla-se com a história da equipe dos anos iniciais, pondo em xeque o poder de resiliência da gestora pioneira, autora do relato, à frente da BC entre 1972 e 1981. Em termos estruturais, a priori, explanação sobre o status quo das bibliotecas universitárias para enfatizar o *modus operandi* da BC, à época, rumo à atuação da BCCCB, que constitui, nos dias atuais, um marco no âmago da sociedade piauiense, como biblioteca comunitária a serviço da população.

#### PALAVRAS-CHAVE

Bibliotecas universitárias. Universidade Federal do Piauí – Bibliotecas. Piauí – Bibliotecas. Universidade Federal do Piauí – Biblioteca Central.

### Universities are the educational portrait of nations, libraries are the portrait of universities experience report of the Central Library of the Federal University of Piauí

#### ABSTRACT

The experience report describes an experience in order to record and ensure the memory of the advance of Library Science in the State of Piauí (PI), Brazil. It aims to discuss the pioneering actions of the State university libraries system, from the installation of the first federal public university, Federal University of Piauí (UFPI), instituted on November 21, 1968, with the merger of the isolated faculties of Medicine, Dentistry, Philosophy, Law and Administration and their respective bibliographic collections, starting activities, in fact, only in January 1973, in Petrônio Portela University *Campus*, Teresina – PI. The report focuses on the installation and development of the first 11 years of management of the Central Library (BC) / UFPI, today, Community Library Journalist Carlos

Castello Branco (BCCCB). Inevitably, the history of BC/UFPI is intertwined with the trajectory of the institution to which it is linked and of the State itself, as it attests to the advancement of the universe of libraries and their federal institutions of higher education. Similarly, it merges with the team's history of the early years, calling into question the resilience power of the pioneering manager, author of this report, who was at the head of BC between 1972 and 1981. In structural terms, a priori, explanation on the role of university libraries to emphasize BC's *modus operandi*, at the time, towards the performance of the BCCCB, which today constitutes a milestone at the heart of Piauí society, as a community library at the service of the population.

**KEYWORDS**

University libraries. Federal University of Piauí (UFPI) - Libraries. Piauí - Libraries. Federal University of Piauí - Central Library.



JITA: DE. Academic libraries.

## 1 INTRODUÇÃO

*A vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la.* (Gabriel García Márquez, em “Viver para contar”, 2002).

A Universidade Federal do Piauí (UFPI), primeira universidade pública federal do Estado do Piauí (PI), instituída em 21 de novembro de 1968, com a fusão das faculdades isoladas de Medicina, Odontologia, Filosofia, Direito e Administração e suas respectivas coleções bibliográficas, iniciou suas atividades em janeiro de 1973, *Campus* Universitário Petrônio Portela, Teresina – PI. Este relato de experiência centra-se na instalação e no desenvolvimento dos primeiros 11 anos de gestão da então Biblioteca Central (BC) / UFPI, hoje, Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCCB), a qual comemora 25 anos de existência, como representante do Sistema de Bibliotecas da UFPI.

Inevitavelmente, a história da BC/UFPI entrelaça-se com a trajetória da instituição à qual está ela atrelada e do próprio Estado, haja vista que abre caminhos para o universo das bibliotecas e de suas instituições federais de ensino superior (IFES). De forma similar, mescla-se com a história da equipe dos anos iniciais, pondo em xeque o poder de resiliência da gestora pioneira, autora do relato, que esteve à frente da BC entre 1972 e 1981. Assim, como administradora do Sistema de Bibliotecas da UFPI em sua fase inicial, sinto-me livre para falar sobre as universidades públicas brasileiras. Não como expert. Mas como discente, docente, pesquisadora, extensionista, administradora, e, por que não? Como espectadora e cidadã.

Afinal, aos 17 anos, ingressei no primeiro curso de graduação numa dessas instituições, e nunca mais parti. Aos 20, iniciei minha trajetória acadêmica, que inclui participação em variadas entidades, nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, alcançando o Sudeste, ora como professora, ora como consultora/assessora, ora como aluna, e, sobretudo, como amante do ensino, a tal ponto que, não obstante doutoramento e pós-doutoramento, aos 72 anos, persisto como jornalista, cronista, escritora, pesquisadora, e, quiçá, acadêmica, por mera teimosia.

Apesar de utilizar ao longo do texto a primeira pessoa do singular, não usual em textos técnicos, às vezes, conjugada com a primeira plural, não pretendo ser autobiográfica. Talvez, autorreferente. Estou sempre atenta à realidade que me cinge nos distintos e variados papéis que exerço em diferentes circunstâncias e segmentos, como família, Igreja, universidade, círculo de amigos e de colegas, academia de ginástica, condomínio e outros. E é exatamente a atenção que dedico aos fatos que me cercam, como a morte de milhares de pessoas neste fatídico 2020, vítimas da Covid-19; os problemas infintos de imigração; as questões ambientais que massacram parte de território brasileiro e de sua gente cabocla e indígena; guerras que prosseguem; calamidades éticas que invadem o universo político, que me tornam menos autobiográfica e mais autorreferente. Afinal, as bibliotecas como órgãos eminentemente sociais e bibliotecários como agentes sociais são (ou deveriam ser) afetados pela realidade circundante.

Reforço que me fiz jovem, mulher e velha, em meio aos *campi* das universidades brasileiras. Vivi seu apogeu e assisto, agora, seu desmoronar gradativo, visível aos educadores mais atentos e perspicazes. Falo da decadência das universidades públicas, salvo raras e honrosas exceções. Assisti ao esvaziamento das salas de professores. Assisti ao declínio no nível de cobrança dos alunos. Assisti ao favorecimento de funcionários fantasmas. Assisti ao sucateamento de laboratórios, bibliotecas, hemerotecas e restaurantes. Assisti à inserção da política partidária para decisões relevantes e/ou para indicação de cargos comissionados de distintos escalões. Assisti à luta dos educadores (não só docentes) em prol das universidades.

E o mais grave é que, dentre as crises que permeiam a atuação das IFES, com frequência, a questão das bibliotecas universitárias tem passado ao largo das reivindicações

de professores e funcionários, mais interessados em nomear seus salários como aviltantes do que em restaurar as instituições de ensino superior (IES) como “centros de excelência e de inteligência” ou “ilhas de competência” (OLIVEIRA, 1985), capazes de prover suas atividades-fim de ensino, pesquisa e extensão em harmonia com as questões sociais.

Além da decadência física e estrutural e do desmoronar dos valores pedagógicos e do compromisso social, como decorrência, artigos da mídia nacional sobre a falência das IES e IFES também omitem o termo biblioteca, como o texto de Goldemberg (1988). Debates sindicais e acadêmicos versam sobre autonomia universitária; produção científica, às vezes, como poder de barganha; laboratórios; ascensão funcional; eleição de Reitor; restaurantes; residências universitárias, mas há extremo vazio em torno da assertiva: “Universidades são o retrato educacional das nações: bibliotecas são o retrato das universidades”.

## 2 HORA E VEZ DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: SEMPRE

Como mero “pano de fundo”, discorro sobre as bibliotecas universitárias, com o fim de situar a BC/UFPI, reiterando que estou falando das décadas de 70 e 80 do século passado, o que justifica retomar publicações minhas dessa época (AUTOR, 1989, 2006, 2010, 2018). Naquele momento, as inovações tecnológicas não assumem posição central no desenvolvimento de povos e nações, de tal forma que o paradigma vigente nas bibliotecas, independentemente de sua tipologia, ronda mais em torno da disponibilidade de grandes acervos do que da acessibilidade. Hoje, ocorre exatamente o oposto: não é mais tão importante dispor de gigantescas coleções, mas sim, possuir condições de acesso a quaisquer informações, onde quer que estejam, recorrendo ao espaço virtual com suas múltiplas potencialidades. Porém, é evidente que a informatização é tão somente um recurso e jamais um fim em si mesmo, de tal forma que a prestação de serviços continua como o objetivo central de todas as bibliotecas.

A política de serviços para as bibliotecas universitárias é a estratégia única para afiançar seu caráter dinâmico, atraente e eficiente. Vinculadas às IES, assimilam e “herdam” grande responsabilidade social no que concerne à qualidade de ensino, ao incremento da pesquisa e ao fortalecimento da extensão universitária, o que faz com que devam incluir, entre suas prioridades, medidas, além dos tradicionais serviços de consulta e empréstimo. Urge que atuem como elemento de combate ao isolacionismo das IFES, estimulando a criatividade dos indivíduos, transformando-se em espaço cultural, em que a informação subsidie atividades diversificadas e produtoras. Isto vale para hoje. Isto valia para os anos 70 e 80. Isto valeu como mote para toda a equipe pioneira da BC/UFPI movida pela intuição genuína de que sempre é preciso ousar e acreditar que as mudanças são inerentes à humanidade.

A consecução deste objetivo, em qualquer circunstância e instância, só é possível, mediante a realização de estudos de usuários visando à identificação das demandas informacionais do público-alvo, no caso, da comunidade universitária em todos seus segmentos para, então, investir em seleção criteriosa e acertada das coleções e dos serviços de informação adequados à comunidade. É o planejamento como instrumento no campo da Biblioteconomia, que extrapola a implantação e a implementação de serviços, assegurando a infraestrutura necessária à continuidade, o que favorece credibilidade, formação do hábito do uso e conhecimento dos recursos disponíveis.

Os profissionais da informação devem antever os serviços essenciais às coletividades para incorporá-los à rotina, de forma sistematizada. Garantida tal sistematização, é viável combater o desconhecimento por parte do público, elemento reconhecido como um dos

responsáveis pela baixa utilização dos serviços de informação. Vale recorrer à publicidade, ao treinamento do usuário e à avaliação de serviços (TARGINO, 2006).

A publicidade é o caminho do esclarecimento que propicia à população se informar e informar. Paradoxalmente, no meio biblioteconômico, mesmo com a atual ênfase dada ao *marketing*, as bibliotecas continuam anunciando serviços, mas sem preocupação com as reivindicações do público. Além de meios usuais (cartazes, folders, boletins, exposições, audiovisuais específicos, contatos formais com calouros, palestras e seminários), é válido adotar recursos mais criativos, que estimulem os usuários a externar opiniões. Quanto à expressão treinamento do usuário, esta pode ser substituída por educação do usuário, segundo conceito amplo de Nascimento e Santos (2019, p. 24), que pontuam

[...] a responsabilidade dos profissionais da informação diante do advento tecnológico que se instaurou no ambiente educacional, tornando-se imprescindível ao bibliotecário se posicionar de modo que este usuário não perca o foco principal, que é a busca da pesquisa coerente e bem referenciada.

Neste caso, a educação do usuário engloba o reconhecimento das fontes de informação adequadas às necessidades informacionais, a habilidade para utilizar o potencial de uma unidade de informação e, finalmente, o conhecimento básico para preparar e redigir documentos técnicos e científicos. Quer dizer, a educação do usuário o possibilita acessar informações, mas também, comunicar e gerar novos conhecimentos.

Para a avaliação de serviços, ao lado de formas tradicionais – questionários, controle estatístico, caixas de sugestão, mesas-redondas, reuniões com a equipe – sugiro a difusão de painéis críticos, programas de rádio e de tevê, concursos especializados, interação com os órgãos estudantis, pois além de divulgarem a biblioteca, tais ações são formas representativas de avaliação. Recomendo, ainda, estudos específicos de cada atividade, incluindo a medição do grau de satisfação do público e dos custos de serviço. Assim, diante da questão: “qual a hora e a vez das bibliotecas universitárias?” A resposta é única e incontestável – **sempre**. Não importa se nos anos 70 e 80 do século passado ou em pleno século XXI.

| 5

### 3 ERA UMA VEZ...

Retomando a trajetória da BC/UFPI, reafirmo não desejar que minhas palavras tenham cheiro de cetim abarrotado num baú qualquer, jogado num canto qualquer. Não quero que tenham cheiro de mofo e bolor. Quero, sim, que tenham o cheiro supremo de saudade. E digo: não há saudade maior do que a saudade de você mesma, do que viveu e ficou para trás. Por tudo isto, os fatos que perfazem a BC como precedente da BCCCB estão e estarão inevitavelmente atrelados à minha vida e à vida da equipe-família da Biblioteca Central, daqui para frente, BC.

Assim, como nas estórias de/para crianças, era uma vez uma adolescente-mulher, que chegou ao Piauí, em especial, a Piripiri, a tiracolo de um marido que viera para eletrificar o interior do Estado. Nos braços, minha menina de quatro meses. No ventre, meu menino de três meses. Nas mãos, um diploma de graduação em Biblioteconomia e a formação completa em inglês. Na certidão, 21 anos. No coração, todos os sonhos do mundo. Por lá, dois anos de felicidade total: aulas de inglês no Ginásio; aulas de inglês no chamado “Colégio das Irmãs”; aprendi a cozinhar; aprendi a costurar (porcamente); aprendi a colocar a cadeira na calçada para conversar com os vizinhos, que riam aos borbotões do sotaque que nunca perdi.

Nenhum dia sem trabalho ou atividades até chegar a hora de vir para a capital Teresina, ano 1970. O Estado buscava organizar a Biblioteca Pública. Não havia bibliotecário. E lá vou eu. Por lá também fui muito feliz. Enfrentei uma equipe imensa, dentro daquela velha política



de que os funcionários públicos problemáticos são enviados a bibliotecas e/ou arquivos. Juntos, cometi/cometemos muitas loucuras. Criei/criamos uma seção infantil. Lá ia eu na “cara de pau”, pedir aos distribuidores revistinhas sem a capa. Lá ia eu ao mercado central comprar jarros de palha e flores de plástico para adornar as mesinhas. Lá ia eu unir meu pessoal para dar instruções mínimas sobre o significado do acervo para a população. Lá ia eu... Vontade de mudar o mundo, transmutar a biblioteca numa biblioteca ação-cultural. Esbarrava sempre na falta de recursos. Permaneci como diretora da Biblioteca, hoje, Biblioteca Pública Estadual Desembargador Cromwell de Carvalho, entre 24 de agosto de 1971 e 10 de setembro de 1972.

A UFPI seria instalada. Contrataria dois bibliotecários por exigências do então Ministério da Educação e Cultura, hoje, Ministério da Educação (MEC). Fiz concurso público. Aprovada em primeiro lugar. Em segundo, uma cearense, que tomei emprestado como irmã, mas que ficou conosco por pouco tempo: a vida lhe deu uma dose excessiva de devaneios e sonhos e foi precocemente aposentada por invalidez.

#### 4 VIDA QUE COMEÇA

12 de setembro de 1972. Recém-empossada, o então Reitor Hécio Ulhôa Saraiva, oriundo da Fundação João Pinheiro (Belo Horizonte, Minas Gerais) me solicitou para instalar o moderno sistema centralizado de bibliotecas na UFPI. Arregalei os olhos cheios de brilho e de temor, e lasquei um: “eita, não sei nem do que o senhor está falando”. Consegui assustá-lo e ele retrucou: “mas você acabou de passar num concurso e não sabe?” Expliquei que findara o curso de graduação há pouco tempo, mas sistema centralizado ainda não existia nos corredores das IFES, nem tampouco da excelente Universidade Federal de Pernambuco. Ele me perguntou: qual a solução? Respondi de imediato: me mande para qualquer lugar onde o sistema centralizado esteja em funcionamento. Aprendo. Volto. E implanto.

Ele disse: “tenho contatos na Universidade de Brasília”. Está pronta para viajar? E lá fui eu. Um mês na UnB dia e noite – fiquei alojada no próprio *campus*. Fiz estágio. Busquei entender tudo. E retorno. Parti para a luta. Com a aposentadoria precoce da segunda bibliotecária concursada, chegaram, pouco a pouco, mais quatro bibliotecários. Eis a equipe em formação, com uma secretária para lá de eficiente. Ao total, 54 pessoas, incluindo bolsistas universitários, muitos dos quais permanecem conosco mesmo após a graduação e dois ou três estão na BCCCB até hoje; auxiliares de biblioteca; auxiliares de serviço geral; vigilância *et cetera*. A terceirização não chegara. Éramos uma família no significado mais lindo da palavra.

Num galpão dito provisório, feio e desengonçado (SG-6) de 1.074m<sup>2</sup> (espaço que já nasce estrangulado) e capacidade para 350 usuários por turno, meu primeiro passo: a institucionalização da BC em consonância com a realidade da UFPI. Enquanto escrevo esta frase, reforço ter incorporado a BC à minha vida com força total. Participei intensamente da instalação da UFPI. Esta se transforma numa paixão, que perdura até os dias de hoje, independentemente dos desenganos, aliás, que foram muitos, mas estes sempre fazem parte dos grandes amores. Bem adiante, após permanecer oficialmente como Diretora da BC no período de 10 de janeiro de 1973 a 25 de julho de 1981, torno-me docente. Consigo bolsas de estudo em agências brasileiras e estrangeiras de financiamento. Aperfeiçoamento. Especialização. Mestrado. Doutorado. Pós-doutorado.

Nesse intervalo de tempo, com uma equipe movida por amor, instituí / instituímos a Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí (ABEPI), 1980. Adiante, é a vez da Delegacia do Conselho Regional de Biblioteconomia, com a ressalva de que participei do Conselho Federal de Biblioteconomia, como representante da região Nordeste e do Piauí. Em todos esses

momentos, o apoio irrestrito da UFPI: instalação da ABEPI na própria Biblioteca; uso do serviço de protocolo; cessão de material de consumo e tudo o mais necessário.

## 5 ENTREMEIO: REFORMAS E MAIS REFORMAS

Nesse entremeio, é preciso entender o fluxo de reformas universitárias para conduzir com maior segurança à BC/UFPI. A legislação sobre educação superior no Brasil possui alguns períodos-chave. Em primeiro lugar, o Governo Provisório, quando Getúlio Vargas, nomeado Presidente após a Revolução de 1930, permanece no cargo até 1934, quando é reeleito de forma indireta, dando início ao Governo Constitucional. É em 1931, que se dá a primeira Reforma, a qual institui as regras para o desenvolvimento das instituições universitárias públicas e privadas, viabilizando o sistema de instituições públicas federais.

Segundamente, durante o Regime Militar (1964-1985), em 1968, o Governo reorganiza o sistema universitário, implanta a pós-graduação e suas formas de financiamento público. A Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968), refere-se à Reforma Universitária. Seu Artigo 11 prevê a organização das universidades com base em unidades de funções de ensino, pesquisa e extensão, mas, surpreendentemente, não menciona sequer a expressão – biblioteca universitária. Inclui, dentre outras medidas, a substituição do sistema de cátedras pelo de departamentos, institutos e centros. Compete ao então Conselho Federal de Educação, hoje, Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão colegiado do MEC, fazer menção à exigência intransponível de as universidades brasileiras manterem biblioteca.

Tal determinação conduz à centralização dos sistemas bibliotecários, até porque, em termos territoriais, com a Reforma Universitária de 1968, as primeiras universidades do início do século XX decorrem da reunião de faculdades isoladas já existentes, tal como se dá com a UFPI, como antes referendado, o que justifica a exigência do Reitor visando à efetivação da BC, quando do início de minha trajetória. Mais adiante, vem o modelo de cidade universitária, com faculdades autônomas em edifícios isolados, espalhados em extensa área urbana ou rural. A motivação maior do sistema centralizado é evitar a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes, o que permite, em qualquer tempo e lugar, a racionalidade da organização de acervos e serviços, com utilização plena e mais econômica dos recursos materiais e humanos.

À época, década de 70, a UFPI agrega cerca de 1.020 docentes, 1.047 servidores técnico-administrativos e 8.253 alunos, dos quais 8.163 de graduação e 90, de pós-graduação *lato sensu*. Estão eles distribuídos em seis grandes unidades de ensino: Centro de Ciências Agrárias (CCA); Centro de Ciências da Educação (CCE); Centro de Ciências da Natureza (CCN); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL); Centro de Tecnologia, CT. Esses seis Centros com seus Departamentos asseguram a manutenção de 31 cursos de graduação e seis especializações (UFPI, 1973). Como parênteses, apenas para dimensionar o crescimento da IFE em foco, segundo dados mais recentes disponibilizados em Rede, ano 2020, são 79 cursos de graduação e 22.795 alunos presenciais. Quanto aos Programas de Pós-Graduação, são seis Mestrados Profissionalizantes; 32 Mestrados Institucionais e 10 Doutorados Institucionais, dados alusivos ao *campus*-sede na capital e aos *campi* situados em Parnaíba, Picos, Floriano e Bom Jesus (UFPI, 2020a, 2020b).

Naquela ocasião, quando da centralização das bibliotecas, apenas o CCA e o CCS continuam a manter coleções e serviços nos prédios de seu funcionamento face à distância geográfica, ainda que o material fosse preparado tecnicamente na BC. No entanto, hoje, com pesar, assisto à retomada do sistema descentralizado, com as chamadas bibliotecas setoriais, o que dificulta supervisão e funcionamento. Elas só se justificam diante do distanciamento físico,

como nos dois casos mencionados e nos *campi* em outras cidades. No entanto, propositadamente, pretendo limitar minha fala tão somente à BC, sem emitir qualquer juízo de valor acerca da UFPI e de suas atuais políticas de desempenho.

Retomando a saga das reformas, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, nova proposição de Reforma Universitária, elaborada gradativamente durante seus dois mandatos entre 2003 e 2011. Com alterações advindas de diversos setores da sociedade, a Reforma gerou quatro anteprojetos, Brasil (2004). Enviados para discussão no Congresso Nacional, sofrem, sempre, diversas propostas de emendas, apesar de todas as versões apresentarem razões similares que a justificam (BRASIL, 2005): fortalecer a universidade pública; impedir a mercantilização do ensino superior; garantir qualidade; democratizar o acesso; garantir a gestão democrática. Mesmo assim, as bibliotecas são omitidas...

Afirmo que, depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), atual Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com base nos princípios presentes na Constituição de 1988, e cujo capítulo IV trata, especificamente, da educação superior, uma proposta consolidada de Reforma Universitária continua em discussão no Congresso sem nunca ter sido aprovada. O MEC vem regulamentando a educação superior através de Decretos e Portarias que estabelecem normas para credenciamento e recredenciamento de IES e de IFES; autorização e reconhecimento de cursos de graduação e pós-graduação; programas de bolsas, como Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e Programa Universidade para Todos, Prouni.

É a prova clara de que a educação e o ensino superior não constituem prioridade para o Governo Federal. Aliás, como adendo, diante do impasse de retorno ou não às aulas presenciais em tempos da Covid-19 nos diferentes níveis – educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior (graduação e pós-graduação), eis uma pergunta que não quer calar: por que os governos criaram protocolos para TUDO, deixando o retorno às aulas para o final? Políticos e governantes pensaram em abertura de cafés, bares e restaurantes; frequência às praias; aos mercados; viagens ou percursos em meios distintos de transporte; salões de beleza; academias de ginástica; parques, praças, jardins e zoológicos; programas televisivos ao vivo; salas de cinema; espetáculos teatrais; shows; estádios de futebol; prática de outros esportes; corridas de carro; festas populares e religiosas; clínicas odontológicas e de cirurgias plásticas eletivas; comércio atacadista, lojas em geral e shoppings... Isto é, o ensino ficou para trás. As universidades continuam à deriva.

## 6 MODUS OPERANDI DA BIBLIOTECA CENTRAL / UFPI

Independentemente da legislação em vigor, mesmo em 1972/1973, já nutria a intuição de que, sob a ótica sistêmica, a biblioteca universitária é um subsistema. Como tal, deve manter atuação em consonância com os planos da UFPI como um todo, o que traz, desde já, para o centro das metas delineadas, a realidade da sociedade circundante. Para tanto, mantinha/mantínhamos interação permanente com todos os setores da Universidade, incluindo linha direta de comunicação com a Administração Superior, e, sobretudo, contato com os usuários efetivos e em potencial, além dos membros da comunidade em geral.

Meu/nosso *modus operandi*, hoje, reconheço, era, no mínimo singular. Regras ditas e não ditas: sinceridade ao extremo. Exigência de pontualidade. Busca incessante de justiça. Uso restrito do telefone público da BC. Economia de materiais e recursos de qualquer natureza constituem prioridade absoluta, incluindo reutilização de envelopes e verso de papéis. Fuxico, proibido ao extremo. Reuniões sempre relâmpagos. Nenhum segredo administrativo: nenhuma gaveta fechada. Amor bastante intenso em cada medida ou resolução sempre compartilhada.



Para os alunos que precisam, máquinas de escrever à disposição para redigirem seus textos – os computadores ainda eram sonho remoto e as máquinas, conseguidas de favor, aqui e ali, constituem solução. Para os alunos que precisam ficar na UFPI o dia todo, liberdade para um cochilo nos recantos da BC. Para os famintos, liberdade para um lanchinho. “Proibi a proibição” de que descansassem sobre as mesas após o almoço. Para os namorados, liberdade para os afagos sem exageros. E o susto de muitos, quando retirei as placas de silêncio. Substituí por avisos, como este: “a voz alta impede a concentração do outro” *et cetera*.

Em relação ao público, muitas tentativas de sensibilização. Naquela época, entre 1974 e 1979, a cada ano, realizei/realizamos uma grande feira de livros novos. Teresina possuía apenas duas livrarias. Os livros vinham de distribuidoras e editoras distantes. Problemas de recebimento, conferência e frete oneroso. A Feira de Livros da UFPI durou seis anos à custa de muito esforço até as despesas inviabilizarem a iniciativa de tanta utilidade à população.

Como atividades, a BC mantinha alguns saraus. Muitas exposições de diferentes naturezas, de preferência, permanentes, inclusive de livros recém-adquiridos pela instituição. Dentre elas, uma marcante pela tristeza que desperta. Os atlas caríssimos de anatomia e outras obras similares são simplesmente destruídas, com certa incidência, com estiletos por universitários que cortam as páginas de maior interesse. Expor para os alunos o malfeito de alguns garante sua adesão como vigilantes e adeptos. Fora estes pormenores, serviços mais tradicionais, como: (i) registro da memória da UFPI; (ii) desenvolvimento de coleções mediante pedidos dos departamentos de ensino; (iii) perguntas e respostas / serviço de referência; (iv) empréstimo domiciliar; (v) assistência à editoração de trabalhos, acadêmicos ou não, mediante orientação no campo da normalização, incluindo elaboração de fichas catalográficas; (vi) serviços de reprografia no interior da BC a preço abaixo do mercado; (vii) salas de estudo em grupo; (viii) treinamento sobre como usar os recursos da Biblioteca; (ix) provisão gratuita do Programa de Comutação Bibliográfica (Comut) por dois anos; (x) representação comercial de obras editadas pela Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial de Saúde; (xi) intercâmbio efetivo e sistemático como forma de manter contato com instituições congêneres nacionais e ampliar o acervo; (xii) disposição de jornais locais ou estaduais ou nacionais para consulta diária; (xiii) esforço descomunal para conseguir *best-sellers* como “isca” para atrair e formar leitores.

## 7 MAS NEM TUDO SÃO FLORES, TROVAS E CÂNTICOS

A conta-gotas, a equipe cresce. Pouco a pouco, chegam novos profissionais na área de Biblioteconomia. Indo adiante, hoje, na BCCCB, são cerca de 15 profissionais da informação mais um número razoável de pessoal técnico-administrativo (26), além de universitários-bolsistas, que prosseguem a ajudar por quatro horas diárias, com parcela significativa de funcionários terceirizados. Além da restrição de profissionais bibliotecários e de instalações deficitárias, enfrentei/enfrentamos, nos anos 70 e 80, outros problemas para assegurar a atuação e o desempenho da BC: (i) impossibilidade de manter serviços mais avançados, como tradução / versão; (ii) acervo defasado, não obstante os esforços permanentes; (iii) manutenção da BC como unidade não orçamentária, o que impede à Administração da Biblioteca gerir seus recursos e otimizá-los; (iv) chance zero de adotar o extensionismo industrial – visitas e assistência informacional a empresas e indústrias; (v) inexistência de cursos permanentes de literatura, redação técnico-científica, escrita criativa, cinema *et cetera*.

## 8 E A VIDA CONTINUA

Reforço a ideia de que o colapso do ensino superior brasileiro, no item qualidade, reflete a precariedade das IFES, da mesma forma que uma biblioteca reflete tais instituições. Aliás, quando falo de crise do ensino superior, refiro-me ao distanciamento, em especial, da UFPI, diante da sociedade. Exemplificando: cursos tradicionais mantidos para a comunidade em inglês, francês e espanhol sumiram e, agora, acontecem de forma assistemática. O Programa Terceira Idade em Ação (PTIA), com a cobrança de taxas irrisórias, desde 2019, deu um passo para trás, haja vista que seu público, em geral, reunia pessoas de poucas posses. Interrompido, então, por crise em sua gestão e, em 2020, pela Covid-19, parece ter chance de retornar.

Ademais, é impossível deixar de lado a ideia de que os recursos documentais (não importa o suporte) constituem um dos mecanismos sociais de maior importância para a preservação da memória da humanidade e a biblioteca é um aparelho social para transferi-la ao consciente dos indivíduos. Qualquer interpretação da sociedade deve incluir explicação deste elemento social e da sua função na vida comunitária. Biblioteconomia e Ciência da Informação tomam o lugar que lhe cabe entre os fenômenos a serem discutidos em qualquer sistema de ciência social, não apenas como ramo do conhecimento que se dedica a reunir, organizar, disseminar e/ou produzir conhecimentos registrados, mas, essencialmente, como serviço social de suma relevância para a evolução dos grupos humanos. Por outro lado, se a cultura, qualquer que seja ela, não pode ser entendida como fenômeno isolado, afirmo que, para sua preservação e comunicação, a biblioteca moderna constitui instituição-chave.

Ao relacionar cultura local e biblioteca como instituição essencialmente social, deve ser objetivo primordial de toda e qualquer biblioteca, incluindo a BCCCB / UFPI, a preservação e a disseminação dos valores da formação cultural local e nacional, evitando que as inovações tecnológicas escravizem o homem contemporâneo em vez de libertá-lo ao sabor do avanço da ciência e tecnologia. É finalidade da biblioteca, em qualquer nível que opere, maximizar a utilidade social dos registros gráficos, mantendo vivas a identidade e a memória da cultura local, o que favorece o impulso do nível cultural brasileiro.

Relembro que o termo educação não se restringe ao preparo do indivíduo para o previsto, o que está mais próximo do adestramento. Prepara-o para o imprevisto, profetiza e projeta. Tudo isto dentro de um processo global de capacidade física, intelectual e moral do ser humano, com vistas à melhor integração individual e social, o que exige acesso à informação, como previsto na Constituição vigente:

A informação está contida, assim, no bojo do processo educacional como direito social, previsto no Artigo 5, inciso XIV da Carta Magna, que diz: "É assegurado a todos o acesso à informação [...]" A informação é, por conseguinte, privilégio de todos. É um bem comum, **que** pode e deve atuar como fator de integração, democratização, igualdade, cidadania, libertação e dignidade pessoal. Não há exercício da cidadania sem informação. Isto porque, até para cumprir deveres e reivindicar direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais, o cidadão precisa conhecer e reconhecer-los, e isto é informação (TARGINO, 2006, p. 71).

Insisto, porém, que a diferenciação dos paradigmas – biblioteca tradicional (primazia das grandes coleções); biblioteca ação cultural (primazia dos usuários); biblioteca virtual (primazia do fluxo informacional ou paradigma informacional ou paradigma digital) – soa falsa e artificial, quando o bibliotecário se move por conceitos estanques ou por perigosas generalizações. Por tudo isto, ao tempo que as concepções da biblioteca se alteram ao sabor das mutações da sociedade da informação, decerto, muito mais do que a tipologia em si ou a denominação dada à biblioteca, o que determina a adoção de paradigma **x** ou **y** por determinada

instituição é a forma de atuação. Isto significa que, em pleno século XXI, em meio ao domínio irreversível do fluxo informacional contínuo e inesgotável, é possível encontrar, em diferentes países e em diferentes localidades, a nomeada biblioteca tradicional. Faço alusão àquelas instituições que possuem boas condições de funcionamento, ou, no mínimo, razoáveis, mas priorizam acervo, armazenagem, recursos materiais, instalações e equipamentos em detrimento da provisão ou antecipação de informações ao público-alvo.

Podem até armazenar grandes acervos. Podem até manter conexão à internet à disposição dos usuários, mas os serviços estão distantes da ação cultural, em que profissional e público são atores e agentes sociais, distantes do estereótipo de elemento passivo e amorfo. Como idealizei ainda, no longínquo ano 1972, a ação cultural, a mediação cultural e da leitura são inerentes a qualquer biblioteca, incluindo as universitárias. Eis alguns exemplos:

1. Tecnologia assistiva – utilização de recursos e serviços que contribuam para ampliar as habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, por conseguinte, promover sua vida independente e inclusiva no quesito cultural e da leitura.
2. Circuitos de oficinas.
3. Clubes de leitura literária.
4. Disposição de jornais locais ou estaduais ou nacionais para consulta diária.
5. Exposições de diferentes naturezas, de preferência, permanentes.
6. Feiras de livros usados.
7. Concursos literários e artísticos.
8. Homenagem a autores / literatos.
9. Horas de poesia.
10. Lançamento de livros, de preferência, com a presença dos autores.
11. Murais educativos permanentes e atualizados, incluindo sugestões de leitura.
12. Palestras de interesse da coletividade.
13. Performances, pequenos espetáculos teatrais, apresentações de dança *et cetera*.
14. Saraus literários (TARGINO, 2020).

Como antevisto, a história da UFPI e da BC/UFPI confunde-se com minha própria história de vida. Muito cedo, aprendi ser impossível administrar de dentro de uma sala fechada. Se meu caminhar está cada vez mais distante e alheio à memória institucional não importa. É o esperado com a sucessão de dias e anos. Mesmo assim, apego-me aos dias límpidos e repletos de luz que ali vivi. São intensas as recordações vividas junto à equipe da BC e, posteriormente, aos amigos da então Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e aos companheiros do Departamento de Comunicação.

Por fim, para quem lê este relato, em pleno final do ano 2020 ou início de 2021, pode alimentar a sensação de que não há nada de extraordinário. Porém, é vital rememorar que estava eu assumindo o posto de primeira graduada em Biblioteconomia num Estado, que até então, em geral, pensava no bibliotecário-arrumador de livros. Há por trás da simplicidade das atividades de rotina, a luta perene de desconstrução de uma imagem negativa forjada na memória coletiva: nossa inutilidade como agente social e nossa incapacidade de ver o mundo em chamás...

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **As cinco razões que motivam a Reforma**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reforma da educação superior**: anteprojeto de lei. Estabelece normas gerais para a educação superior no País, regula a Educação Superior no Sistema Federal de Ensino [...] e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 22 jul. 2020. (versão preliminar de 6 de dezembro de 2004; segunda versão do anteprojeto, de 30 de maio de 2005; terceira versão de 29 de julho de 2005).

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/15540.htm> . Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 2 out. 2020.

GOLDEMBERG, José. A universidade tem solução. **Veja**, São Paulo, v. 20, n. 31, p. 114, 31 ago. 1988.

NASCIMENTO, Angilene; SANTOS, Luiz Carlos Pereira dos. A importância da educação de usuários nas bibliotecas. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 24-35, jan. / abr. 2019.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. **Ilhas de competência**: carreiras científicas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985. 171 p.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteca Central: um retrato falado da UFPI? **Cadernos de Teresina**, Teresina, ano 3, n. 7, p. 12-16, abr. 1989,

TARGINO, Maria das Graças. A biblioteca do século XXI: novos paradigmas ou meras expectativas? **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n.1, p. 39-48, jan. / abr. 2010.

TARGINO, Maria das Graças . Mediação cultural e mediação da leitura como estratégia de inclusão social: bibliotecas comunitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-17, jun. 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/issue/view/93>. Acesso em 5 jun. 2020.

TARGINO, Maria das Graças. Transformando bibliotecas, transformando sociedades: reflexão sobre o papel dos bibliotecários à luz das demandas sociais. **Revista INFOhome**, Florianópolis. 2018. Disponível em: [http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=1118](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1118). Acesso em: 15 mar. 2018. (Coluna Além das Bibliotecas).

TARGINO, Maria das Graças. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Teresina: EDUFPI, 2006. 266 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. **Graduação em números**. Teresina, 2020a. Disponível em: <https://ufpi.br/pro-reitoria-preg>. Acesso em: 11 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação. **Ensino Pós-Graduação**. Teresina, 2020b. Disponível em: <https://leg.ufpi.br/page.php?id=35>. Acesso em: 11 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). **Regimento Interno**. Teresina, 1973. 4 f.

---

(\*) Texto fundamentado em palestra proferida quando da “Programação Cultural – Aniversário dos 25 Anos da BCCCB / UFPI”, 24 ago. 2020.





Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 12/10/2020 – Aprovado em: 11/11/2020 – Publicado em: 26/11/2020

---